

EDITAL DE CHAMAMENTO 01/2023

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que acha-se aberto, o **Edital de Chamamento 01/2023**, que objetiva o **permissionamento a título precário e por prazo determinado, mediante remuneração, de um espaço público no Parque Municipal Ruy Raphael da Rocha, com acesso pela Rua Francisco José Tonin, defronte o número 216, no Jardim Faxina, com vistas a implantação de bar e lanchonete, para exploração de terceiros, através de personalidade jurídica devidamente constituída**, pelo tipo de "maior oferta", regido pela Lei Federal Nº: 8.666/93 e demais legislações expressa no item 3, deste Edital.

1 - DO OBJETO DO PERMISSIONAMENTO

1.1. A presente licitação visa a escolha da melhor proposta, nos termos do item 7 deste Edital, objetivando o **permissionamento a título precário e por prazo determinado, mediante remuneração, de um espaço público no Parque Municipal Ruy Raphael da Rocha, com acesso pela Rua Francisco José Tonin, defronte o número 216, no Jardim Faxina, com vistas a implantação de bar e lanchonete, para exploração de terceiros, através de personalidade jurídica devidamente constituída**, obrigando-se o vencedor a:

1.1.1. Promover a instalação de um bar e lanchonete, bem como dotar suas dependências dos equipamentos necessários ao seu bom e regular funcionamento, num prazo não superior a 10 (dez) dias corridos, a contar da data da celebração do Contrato de Permissionamento, sob pena de cassação dos direitos (**quando se tratar de pessoa jurídica já constituída**), **sendo que o início das atividades será concomitante à emissão do alvará de funcionamento e ordem de serviço**;

1.1.1.1. Quando se tratar de pessoa física **terão o prazo improrrogável de 40 (quarenta) dias, para constituir pessoa jurídicas**, em qualquer modalidade, compatível com o objeto a ser explorado, a contar da data da celebração do Contrato de Permissionamento, concomitantemente com a instalação de um bar e lanchonete, bem como dotar suas dependências dos equipamentos necessários ao seu bom e regular funcionamento, **sendo que o início das atividades será concomitante à emissão do alvará de funcionamento e ordem de serviço**.

1.1.2. Promover a abertura do estabelecimento todos os dias da semana, inclusive sábados e domingos, encerrando suas atividades no horário determinado no alvará municipal, podendo estender-se, excepcionalmente, desde que autorizado pela Prefeitura;

1.1.3. Manter em perfeito estado de higiene e segurança o prédio em alvenaria, todos os equipamentos e as suas dependências, bem como os sanitários públicos ali alocados;

1.1.4. Manter e conservar todas as dependências do local permissionado, inclusive os sanitários públicos ali alocados;

1.1.5. Servir alimentos (refeições, lanches, porções, pizzas, salgados, quitutes, dentre outros), doces e bebidas (água, refrigerante, suco, cerveja, destilados, dentre outros), sendo que as bebidas deverão ser servidas, preferencialmente, em copos plásticos descartáveis;

1.1.6. Obedecer aos preços comuns de mercado para exploração da atividade comercial prevista neste Edital, com observância às tabelas oficiais, quando houver, a critério e decisão da Prefeitura;

1.1.7. Responsabilizar-se por toda segurança do local e equipamentos;

1.1.8. Iniciar as atividades quando da emissão do alvará de funcionamento e ordem de serviço.

1.1.9. Assumir os pagamentos integrais das contas referentes aos consumos de **água, afastamento dos esgotos sanitários e da energia elétrica** do prédio, contas estas que serão emitidas em nome do permissionário, após a individualização, com a instalação de relógios de luz e hidrômetro;

1.1.9.1. É de responsabilidade do permissionário a instalação e manutenção do relógio e hidrômetro.

1.1.9.2. A manutenção das ligações de água e energia elétrica são de responsabilidade do permissionário

1.1.10. Recolher aos cofres da PREFEITURA até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao uso e exploração do espaço público, o valor da remuneração pelo permissionamento;

1.1.11. Instalar todos os equipamentos necessários ao bom e regular funcionamento do objeto deste permissionamento.

1.1.14. Constituir pessoa jurídica, em qualquer modalidade, de acordo com o ramo de atividade a ser exercido.

1.1.15. Assumir o ônus pelo atraso no recolhimento da remuneração mensal, o que acarretará uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do permissionamento, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, além da correção monetária calculada através do IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/SP, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da PREFEITURA, sendo que a partir do 3º (terceiro) mês de atraso, será cassado o permissionamento, garantida a ampla defesa da PERMISSIONÁRIA.

1.1.16. Ciência da **PROIBIÇÃO de jogos eletrônicos e máquinas de azar no espaço público** objeto deste permissionamento, sob pena de que se houver constatação de existência desses jogos, o permissionamento será **RESCINDIDO**, sem prejuízo de multas e sanções cabíveis.

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. A Prefeitura não investirá nenhum tipo de recurso financeiro no referido permissionamento.

3 - DO SUPORTE LEGAL

3.1. Este Edital de Chamamento é regulado pelos seguintes dispositivos legais:

3.1.1. Constituição Federal;

3.1.2. Lei Orgânica Municipal;

3.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93 e posteriores alterações;

3.1.4. Demais disposições legais aplicáveis, inclusive, os princípios gerais de Direito.

4 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES E DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A Prefeitura fornecerá cópia deste Instrumento Convocatório e demais informações que os licitantes julgarem necessárias.

4.2. Em caso de não solicitação pelos proponentes, de esclarecimento e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

4.3. Não será permitida a participação de:

4.3.1. Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas **OU** punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar perante a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual E Municipal, salvo SUMULA 51 TCE.

4.3.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas **OU** punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com este órgão licitante.

4.3.3. Empresas sob falência ou concordata, salvo SUMULA 50 TCE.

4.4. Será permitida a participação de pessoa física, que, caso vencedora do certame, deverá constituir pessoa jurídica para a celebração do contrato.

5 - DOS PRAZOS - DOS DOCUMENTOS - DA PROPOSTA

5.1. Os interessados deverão entregar no serviço de protocolo da Prefeitura, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, **até às 09:30 horas do dia 06 de abril de 2023**, a documentação e a proposta correspondentes a sua participação, em 02 (dois) envelopes, separados, opacos, indevassáveis, fechados e numerados, contendo em sua parte externa o nome da empresa proponente e seu endereço, bem como o número do presente Edital de Chamamento e ainda a indicação correspondente ao seu conteúdo, a saber:

5.1.1. Envelope Nº: 01 (um) – DOCUMENTOS:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
Envelope 01 (um) – Documentos;
Edital de Chamada Pública 01/2023;

Dados do Participante:
Razão Social:
Endereço Completo:
Telefone:
CNPJ:

5.1.2. Envelope Nº: 02 (dois) – PROPOSTA:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
Envelope 02 (dois) – Proposta;
Edital de Chamada Pública 01/2023;

Dados do Participante:
Razão Social:
Endereço Completo:
Telefone:
CNPJ:

5.2. ENVELOPE Nº: 01 (UM) – DOCUMENTOS

5.2. Os documentos exigidos no envelope Nº: 01 (um), quando o interessado for pessoa jurídica são:

5.2.1. Habilitação jurídica:

5.2.1.1. Cédula de Identidade – RG dos sócios e/ou representantes legais da empresa;

5.2.1.2. Registro Comercial, em caso de empresa individual;

5.2.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

5.2.2. Regularidade fiscal:

5.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, da Secretaria da Receita Federal, dos sócios e/ou representantes legais da empresa (www.receita.fazenda.gov.br);

5.2.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda, com validade em vigor (www.receita.fazenda.gov.br);

5.2.2.3. A Fazenda Federal (consistindo em certidão negativa de tributos e contribuições federais, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, ou, [Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União](http://www.receita.fazenda.gov.br)) (www.receita.fazenda.gov.br), **JUNTAMENTE COM A SEGURIDADE SOCIAL**, conforme Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014, Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, (www.receita.fazenda.gov.br);

5.2.2.4. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) (www.caixa.gov.br);

5.2.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com validade em vigor, nos moldes do que estabelece a Lei Federal 12.440/2011, de 07 de julho de 2011 (www.tst.jus.br);

5.2.2.6. A Fazenda Municipal, referente a Tributos Mobiliários, do domicílio ou sede do licitante e em nome da licitante.

5.2.2.7. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa;

5.2.1.2.7.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a certidão em que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança;

5.2.3. Declarações, **conforme Modelo Anexo C.**

5.3. Os documentos exigidos no envelope Nº: 01 (um), quando o interessado for pessoa física são:

5.3.1. Cédula de Identidade – RG do interessado;

5.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do interessado (www.receita.fazenda.gov.br);

5.3.3. Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conforme determina a Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº: 02, de 31 de agosto de 2005, com prazo de validade em vigor (www.receita.fazenda.gov.br);

5.3.4. Comprovação total de regularidade com o fisco municipal;

5.3.5. Declarações, **conforme Modelo Anexo C.**

5.4. Notas explicativas importantes:

5.4.1. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia preferencialmente autenticada por tabelião de notas, por servidor da Prefeitura ou através de publicação na Imprensa Oficial.

5.4.2. Em todas as hipóteses referidas neste item, não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido.

5.4.3. As pessoas físicas que participarem do certame, sagrando-se vencedoras, **terão o prazo improrrogável de 40 (quarenta) dias, para constituir pessoa jurídicas**, em qualquer modalidade, sendo que o início das atividades será concomitante à emissão do alvará de funcionamento e ordem de serviço.

5.3. ENVELOPE Nº: 02 (DOIS) – PROPOSTA

5.3. A proposta deverá ser formulada em uma via, datilografada, digitada, **ou à mão, desde que legível**, datada e assinada, sem emendas, rasuras e borrões, (Modelo Anexo A) contendo:

5.3.1. Dados cadastrais do proponente, bem como o número do presente Edital de Chamamento;

5.3.2. Validade da proposta com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de abertura dos envelopes;

5.3.3. Valor que se propõe a pagar mensalmente a Prefeitura, a título de remuneração do permissionamento, expresso em moeda corrente no país.

5.3.4. Declaração expressa de que concorda tacitamente com todas as regras e exigências do Edital de Chamada Pública 01/2023.

5.3.4. Nota explicativa importante:

5.3.4.1. Serão desclassificadas as propostas que contenham oferta com valor inferior a **R\$ 500,00 (Quinhentos reais)** mensais, que é o custo mínimo do permissionamento estipulado pela Prefeitura.

6 - DA HABILITAÇÃO E DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

6.1. Abertura dos envelopes de Nº: 01 (um) – DOCUMENTOS:

6.1.1. **Às 10:00 horas do dia 06 de abril de 2023**, na presença dos interessados, serão abertos os envelopes de Nº: 01 (um) - documentos pela comissão de licitações, a qual dar-se-á no Paço Municipal, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP.

6.1.2. Será liminarmente excluída da presente licitação a empresa que não apresentar todos os documentos exigidos no item 5.2, sendo-lhe devolvido fechado o envelope de Nº: 02 (dois) - proposta, nos termos do que dispõe o artigo 43, inciso II, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

6.1.3. Se a decisão sobre a habilitação não puder ser proferida na sessão inaugural, a comissão designará nova data para a sua divulgação.

6.1.4. Após a fase de habilitação, se ocorrer algum fato impeditivo desta, a empresa por ele atingido deverá declará-lo por escrito, sob as penas da Lei.

6.2. Abertura dos envelopes Nº: 02 (dois) - PROPOSTA:

6.2.1. O envelope Nº: 02 (dois), contendo a proposta, formulada de acordo com o item 5.3, será aberto em ato público, após abertura dos envelopes de Nº: 01 (um) - documentos, dos proponentes habilitados, obedecendo aos prazos legais ou recusa citada em ata dos participantes em interpor recursos.

6.2.2. Será liminarmente excluída do presente chamamento a licitante que não formular a proposta de acordo com o item 5.3, deste Edital.

6.2.3. De tudo lavrar-se-á ata, que será assinada por todos os presentes e pela comissão. Os presentes também rubricarão os documentos e as propostas apresentadas.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. O julgamento será feito com base na **"maior oferta mensal"** apresentada.

7.1.1. Será considerada vencedora a proposta que apresentar a oferta de maior valor mensal, tendo por base o **mínimo de R\$ 500,00 (Quinhentos reais)**.

7.2. Em caso de empate de preços entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido ao disposto no § 2º, do artigo 30, da Lei Federal Nº: 8.666/93, a classificação far-se-á, por sorteio, em ato público, para o qual todos os interessados serão convocados, nos moldes do § 2º, do artigo 45, da aludida Lei.

7.3. O julgamento e aprovação das propostas serão feitos pela comissão de licitações e a homologação pelo Chefe do Poder Executivo.

7.4. Serão desclassificadas as propostas:

7.4.1. Que não atendam às exigências deste Edital;

7.4.2. Com valores inferiores ao previsto neste Edital.

7.5. O resultado do julgamento será publicado na imprensa oficial.

8 - DOS REAJUSTES DE PREÇOS DO PERMISSIONAMENTO

8.1. Os valores ofertados, expressos em moeda corrente no país, **serão reajustados anualmente**, utilizando-se como parâmetro de reajuste o IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo/SP, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da Prefeitura.

8.2. O prazo para o reajuste será de 12 (doze) meses corridos, contados da data da celebração do Contrato de Permissionamento.

9 - DO CONTRATO

9.1. A vencedora será convocada para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

9.1.1. A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitará à mesma as penalidades estabelecidas neste Edital.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Prefeitura.

9.3. É facultado à Prefeitura, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

9.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

10 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato a ser firmado terá vigência de até **12(doze) meses corridos**, contados da data da sua celebração, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses corridos e consecutivos, se houver interesse público devidamente fundamentado, nos moldes do disposto no artigo 57, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

11 - DOS RECOLHIMENTOS MENSAIS

11.1. Os pagamentos a título de permissionamento serão recolhidos mensalmente pelo permissionário, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme o valor ofertado e aceito pela Prefeitura.

11.2. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

11.3. No caso do permissionário atrasar os pagamentos, acarretará uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do permissionamento, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, além da correção monetária calculada através do IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo/SP, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da Prefeitura.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O permissionário ficará sujeito as seguintes penalidades, por inobservância as condições estabelecidas neste Edital e no Contrato de Permissionamento:

12.1.1. Advertência escrita com prazo para sanar a pendência;

12.1.2. Interdição sumária de sua atividade até que seja sanada a pendência;

12.1.3. Cassação da permissão e desocupação imediata do imóvel permissionado;

12.1.4. As penalidades previstas são autônomas e sua aplicação cumulativa será regida pelo artigo 87, §§ 2º e 3º, da Lei Federal Nº: 8666/93 e alterações.

12.1.5. O valor das multas aplicadas será de 2% (dois por cento) sobre o valor do permissionamento, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, além da correção monetária calculada através do IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/SP, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da PREFEITURA, sendo que a partir do 3º (terceiro) mês de atraso, será cassado o permissionamento, garantida a ampla defesa da PERMISSIONÁRIA.

12.1.6. Em caso de infrações referentes a execução do objeto, o valor da multa a ser aplicada deverá ser de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração.

13 – DOS ANEXOS

13.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

13.1.1. Anexo A – Formulário de Proposta Financeira;

13.1.2. Anexo B – Minuta do Contrato;

13.1.3. Anexo C – Declarações;

13.1.4. Anexo D – Fotos do Local.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. Poderão participar deste Edital de Chamamento as pessoas jurídicas devidamente constituídas e enquadradas no ramo de venda de alimentos (refeições, lanches, porções, pizzas, salgados, quitutes, dentre outros), doces e bebidas (água, refrigerante, suco, cerveja, destilados, dentre outros), bem como as pessoas físicas que sagrando-se vencedoras, terão o prazo improrrogável de 40(quarenta) dias, para constituir pessoa jurídicas, em qualquer modalidade, condição essa imprescindível para celebração do contrato.

14.2. A Prefeitura poderá solicitar, de qualquer interessado, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e entendimento da documentação ou proposta apresentada.

14.3. A Prefeitura poderá revogar este Edital por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, podendo também, anulá-lo, sem que caiba aos interessados o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

14.4. Os recursos administrativos ao presente Edital deverão ser apresentados durante o horário de expediente da Prefeitura, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 17:00 horas, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP.

14.5. Poderão ser encaminhados recursos administrativos devidamente assinados e identificados através do e-mail: protocolo@santagertrudes.sp.gov.br.

14.5.1. A PREFEITURA NÃO SE RESPONSABILIZA POR PROBLEMAS QUE VENHAM A OCORRER QUANDO DO ENVIO CITADO NO ITEM 14.5.

14.6. Pela elaboração e apresentação da documentação e proposta, os interessados não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

14.7. É expressamente vedada a transferência do permissionamento para terceiros sem a prévia e escrita autorização da Prefeitura.

14.8. A Prefeitura poderá, através de comunicação escrita e por prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias, retomar, sem indenização de qualquer espécie, o referido permissionamento, desde que o mesmo esteja sendo explorado em desconformidade com o estipulado por este Edital, bem como se o mesmo se revelar insuficiente para o atendimento dos usuários, ou, ainda, se deixar de atender ao interesse público.

14.9. Não havendo mais interesse do permissionário em explorar o objeto do permissionamento, o mesmo deverá comunicar a Prefeitura com antecedência, estabelecendo um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o encerramento das atividades, devendo entregar o imóvel totalmente desocupado, sem que lhe caiba qualquer tipo de indenização a título de ressarcimento de despesas ou investimentos.

14.10. Para conhecimento do público, expede-se o presente Edital de Chamamento, que será afixado no mural de avisos da Prefeitura, e seu extrato será publicado na imprensa oficial e regional.

Santa Gertrudes/SP, 15 de março de 2023.

Lázaro Noé da Silva
Prefeito Municipal